

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS/PR
SECRETARIA DE SAÚDE
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
ILMO SR. PREGOEIRO CLAUDINEI SCHREIBER

Pregão Eletrônico nº: 044/2020
Processo Administrativo nº: 044/2020
Tipo: Menor preço por item

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 71.256.283/0001-85, com sede na Rua Star nº 420, bairro Jardim Canadá, CEP 34.007-666, Nova Lima – MG, endereço eletrônico: bianca.grossi@konicaminolta.com e telefone (31)3117-4411, vem, respeitosamente, à presença de V. Sa., por meio de seus representantes legais, com fulcro no item 17.3 do Edital e nos termos da lei, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto por VMI TECNOLOGIAS LTDA, requerendo seu recebimento e processamento, nos termos do Edital e legislação específica.

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro,

Diante do Recurso interposto por VMI TECNOLOGIAS LTDA, vem a vencedora do Item nº 01 do certame, na melhor forma do direito, apresentar suas CONTRARRAZÕES, a saber:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos legais e do item 17.3 do Edital de licitação, o prazo para apresentação de contrarrazões é de três dias, contados do término do prazo para apresentação de recurso, que também é de três dias, a contar da data de aceitação da intenção de recurso.

Sendo assim, e considerando que ao dia 13/05/2020 (quarta-feira) o sistema eletrônico registrou a admissão da intenção de recurso da licitante Recorrente, o prazo para apresentação de recursos findou-se no dia 18/05/2020 (segunda-feira), de modo que no dia 19/05/2020 (terça-feira) iniciou-se a contagem de prazo para apresentação de contrarrazões, que findará, portanto, no dia 21/05/2020 (quinta-feira).

Desse modo, apresentadas na presente data, não resta dúvida quanto à tempestividade das presentes contrarrazões.

II – DO MÉRITO

Passa-se a análise do mérito recursal, tendo em vista que esta licitante foi a vencedora do Item nº01 do certame, composto por 01 unidade de Aparelho de Raio-X, conforme especificações do objeto no Anexo I (Termo de Referência) do Edital de Licitação.

Em apertada síntese, a Recorrente pede a desclassificação da proposta da Recorrida por entender que houve descumprimento do descritivo técnico do Edital, especificamente quanto a: faixa de corrente, variação dos tempos de exposição com faixa mínima, e ao deslocamento telescópico do braço porta-tubo de 20cm no mínimo e giro de 180 graus.

Pois bem. Com a devida vênia, os argumentos trazidos nas razões da Recorrente não têm qualquer embasamento técnico e certamente não são hábeis para desconstituir esta empresa como vencedora do Item nº 01 do presente certame, conforme passa-se a expor.

II.1.1. Da ausência de motivação/fundamentação da resposta à Impugnação do Edital e da necessária observância ao princípio do formalismo moderado na etapa recursal

De antemão, cabe ressaltar que a licitante Recorrida apresentou, tempestivamente em 07/05/2020, petição de Impugnação ao Edital para questionar a necessidade de alteração das referidas especificações do descritivo técnico do equipamento (Termo de Referência) diante da indevida restrição ao caráter competitivo do certame, sob pena de configurar direcionamento do instrumento convocatório.

O Edital estabelece em seu item 4 (página 3) as condições que devem ser observadas para o regular processamento da Impugnação do Edital, citam-se:

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@doisvizinhos.pr.gov.br, até as 17 horas e 15 minutos, no horário oficial de Brasília-DF.

4.2 A impugnação deverá ser encaminhada por e-mail, dirigida ao Pregoeiro e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone com DDD e endereço eletrônico.

4.3 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação.

4.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto

quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.5 Não será conhecida impugnação interposta após vencido o respectivo prazo legal.
(sem destaques no original)

O Decreto Federal n. 10.024/2019 que regulamenta o pregão eletrônico, por sua vez, estabelece em seu art. 24 que:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Ou seja, após a Recorrida apresentar a Impugnação do Edital, cabe ao Sr. Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir por meio de ato escrito e fundamentado sobre a impugnação no prazo de dois úteis - até 11/05/2020 (um dia antes da abertura da Sessão Pública).

A Impugnação do Edital apresentada pela Recorrida demonstra, em síntese, que as características técnicas que deram ensejo ao pedido de desclassificação da Recorrente não asseguravam o Princípio da Isonomia entre os licitantes e frustrava totalmente o caráter competitivo do certame.

Isso porquê os pedidos de alteração do descritivo técnico não comprometem a funcionalidade, qualidade técnica do equipamento, qualidade de imagem e dos serviços radiológicos, quanto menos altera o objeto do presente edital, assim como não interferem na aplicação final do equipamento ofertado e não traz impactos negativos durante as aquisições das imagens, sendo que, contrariamente, iria permitir a disputa igualitária entre os licitantes, conforme determina o regulamento do Pregão Eletrônico, art. 2º do Decreto 10.024/2019, cita-se:

Princípios

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

(...)

§2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (sem destaques no original)

Na Constituição da República de 1988, o princípio da motivação aparece de diversas formas: ora explicitamente, como o é para a atividade administrativa do Judiciário, ora implicitamente, quando decorre (de forma lógica, racional, doutrinária e jurisprudencialmente aceita) dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, e eficiência administrativas.

Não obstante, a Lei nº 9.784/1999 regulamenta de forma ampla que os atos administrativos (todos) deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, tal como dispõe o art. 50.

Apesar disso, a Recorrida não obteve resposta fundamentada para o seu pedido de Impugnação, mas apenas e tão somente um e-mail insuficiente de resposta com as seguintes mensagens:

"Seguir o exposto no edital"

"Boa tarde

O responsável pela análise, Senhor Rafael, apenas manifestou-se para que seja seguido o edital."

Ora, resta evidente que os princípios licitatórios não foram respeitados pela Administração Pública quando da decisão sobre a Impugnação do Edital, com flagrante violação ao princípio da motivação dos atos administrativos e ao princípio da competitividade, tendo em vista que a licitante Recorrida não obteve resposta fundamentada que indicasse os motivos do Edital não ter sido alterado no descritivo técnico (Termo de Referência).

Essas violações são graves e podem gerar a nulidade de todo o processo licitatório, pois devido à ausência de Resposta fundamentada à Impugnação do Edital, a Recorrida ofertou equipamento que agora está sendo contestado pela licitante Recorrente (VMI) com base nas mesmas especificações técnicas que foram impugnadas anteriormente, quais sejam: faixa de corrente de 50-800 mA, variação dos tempos de exposição com faixa mínima de 0,002 a 5 segundos, e deslocamento telescópico do braço porta-tubo de 20cm no mínimo e giro de 180 graus.

Por isso, caso o entendimento seja por deferir o Recurso da licitante VMI, ora Recorrente, o Pregoeiro também estará descumprindo o Edital quanto ao subitem 25.20, além de ignorar a violação ao princípio da motivação das decisões na etapa de Impugnação. Cita-se Edital:

25.20 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

Sendo assim, para que as normas sejam interpretadas em favor da ampliação da disputa e da isonomia, a proposta da licitante Recorrida deve ser aceita e mantida vencedora pelo Pregoeiro, sob pena de nulidade de todo o certame.

Tecnicamente, cabe esclarecer que quanto maior a corrente, menor deve ser o tempo de exposição para se conseguir uma imagem de qualidade. Ademais, por meio dos controles automáticos e das diversas possibilidades de ajustes inerentes ao equipamento de raios-x, não há necessidade de se ter correntes tão elevadas (800mA), pois é possível se utilizar de técnicas com alto desempenho do sistema equilibrando os valores de corrente e kV.

Portanto, equipamentos com correntes de até 630 mA são totalmente eficientes para que o tempo de exposição de 0,004s seja pequeno, atendendo perfeitamente às necessidades de aplicação para a realização de todos os exames radiológicos. Dessa forma, utilizar correntes mais elevadas não é necessário para que se tenha menor energia e menor tempo de irradiação absorvida, pois os controles nos equipamentos e a tecnologia digital de recepção e processamento garantem qualidade de imagem com menor energia.

Quanto ao movimento telescópico do braço porta-tubo, elucida-se que esse item acessório não é necessário para equipamentos radiológicos que possuem tampo flutuante na mesa. O equipamento da Recorrida possui mesa com tampo flutuante, ou seja, existe o deslocamento transversal que o braço telescópico executa, inexistindo prejuízo na qualidade ou funcionalidade do equipamento.

Por esses motivos, sob a égide do PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO nas Licitações, deve ser mantida a decisão do Sr. Pregoeiro que classifica a proposta da Recorrida e a declara vencedora do certame, sob pena de nulidade e violação aos princípios licitatórios.

Ademais, são frequentes as decisões dos Tribunais de Contas que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado. Em síntese, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Neste sentido, o resultado da etapa de lances e arrematação deve ser mantido, haja vista que o equipamento ofertado pela Recorrida atende plenamente os parâmetros de qualidade e menor preço objetivados pela Licitação, conforme exposto e comprovado.

Ressalta-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 - que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital.

Trata-se apenas de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios, que, portanto, deve ser mantida por estar de acordo com o Edital e a jurisprudência do TCU.

Nessa toada orienta o TCU através do Acórdão 119/2016-Plenário:

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si.

Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro.

O presente caso demanda uma necessária ponderação de princípios, haja vista que a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital, mas que também devem ser observados todos os princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa.

Sendo assim, é de se frisar que, como sabido, os procedimentos licitatórios têm um fim muito claro: trazer a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de forma a atender, da melhor forma possível, aos anseios da população.

O caso é de perfeito encaixe aos requisitos editalícios, devendo, por consequência, resultar na manutenção da decisão que classifica a proposta da Recorrida para que, consequentemente, possa ser mantida vencedora do Item nº 01 do certame.

Entretanto, é claro o intento da Recorrente em retardar a finalização do processo licitatório, baseando-se em argumentos equivocados, genéricos, arbitrários e sem fundamento técnico sobre as características do equipamento declarado vencedor, em evidente desconsideração aos princípios da boa-fé e da razoabilidade.

Por todo o exposto, não há qualquer razão para acolher os argumentos sustentados pela Recorrente, visto que não passam de uma maneira estapafúrdia de retardar a finalização do processo de licitação do Pregão Eletrônico nº 044/2020.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, vem respeitosamente requerer que:

a) o recurso da VMI TECNOLOGIAS LTDA, ora Recorrente, seja julgado totalmente IMPROCEDENTE pelas contrarrazões acima expostas;

b) Alternativamente, caso não seja esse o entendimento de Vossa Senhoria, que seja DECLARADO A NULIDADE de todo o certame em razão da violação ao princípio da motivação no ato de Resposta à Impugnação do Edital, com a consequente reabertura de um novo processo licitatório.

É o que se pede e espera.

Nova Lima, MG, 20 de maio de 2020.

Fechar